



AQUISIÇÃO DE CONTENTORES PARA RECOLHA DE RESÍDUOS

CADERNO DE ENCARGOS

QUADRO LEGAL – Código dos Contratos Públicos – CCP – aprovado pelo DL n° 18/2008, de 29 de janeiro, com a sua atual redação; e, considerando-se ainda o acórdão n° 233/2018, de 2 de maio, do tribunal constitucional; e o acórdão n° 19/2017, de 11 de julho, do tribunal de contas, que julgaram *organicamente inconstitucional*, no que tange ao fornecimento, à aquisição de serviços e à locação de bens móveis, do diploma regional da contratação pública, DLR n° 27/2015/A, de 29/12, e *repristinando* a vigência do DLR n° 34/2008/A, de 28/7, com a redação do DLR n° 15/2009/A, de 6/8.

FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO – Consulta prévia nos termos dos arts. 20°/1, c) e 112°/1, 114°/1 e 115° do CCP, com a supra identificada redação legal.

32



ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS.....	3
Capítulo I - Disposições gerais.....	3
Cláusula 1. ^a - Disposições gerais.....	3
Cláusula 2. ^a - Objeto do Contrato.....	3
Cláusula 3. ^a - Preço base	3
Cláusula 4. ^a - Contrato e caução.....	3
Cláusula 5. ^a - Prazo de entrega dos bens	4
Capítulo II - Obrigações contratuais.....	4
Secção I - Obrigações do adjudicatário	4
Subsecção I - Disposições gerais.....	4
Cláusula 6. ^a - Obrigações principais do adjudicatário	4
Subsecção II - Dever de sigilo.....	4
Cláusula 7. ^a - Objeto do dever de sigilo	4
Cláusula 8. ^a - Prazo do dever de sigilo	5
Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante	5
Cláusula 9. ^a - Preço contratual.....	5
Cláusula 10. ^a - Condições de pagamento.....	5
Capítulo III - Penalidades contratuais e força maior	5
Cláusula 11. ^a - Penalidades	5
Cláusula 12. ^a - Força maior	6
Capítulo IV - Resolução.....	6
Cláusula 13. ^a - Resolução por parte da entidade adjudicante	6
Cláusula 14. ^a - Resolução por parte do adjudicatário	6
Capítulo V - Resolução de litígios	7
Cláusula 15. ^a - Foro competente.....	7
Capítulo VI - Disposições finais	7
Cláusula 16. ^a - Cumprimento do regulamento geral sobre a proteção de dados (RGPD)	7
Cláusula 17. ^a - Subcontratação e cessão da posição contratual	7
Cláusula 18. ^a - Comunicações e notificações	7
Cláusula 19. ^a - Contagem dos prazos	7
Cláusula 20. ^a - Gestor do Contrato	8
Cláusula 21. ^a - Legislação aplicável.....	8
PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	8
Cláusula 1. ^a - Descrição dos bens a fornecer	8
Cláusula 2. ^a - Condições de entrega dos bens	9
Cláusula 3. ^a - Inspeção e testes.....	10
Cláusula 4. ^a - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	10
Cláusula 5. ^a - Aceitação dos bens.....	10
Cláusula 6. ^a - Garantia técnica.....	10
Cláusula 7. ^a - Garantia de continuidade de fabrico.....	11



PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS E ADMINISTRATIVAS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a - Disposições gerais

1. A entidade pública contratante é o Município de Vila do Porto, pessoa coletiva n.º 512 063 770, com sede no Largo Nossa Senhora da Conceição, s/n, 9580-539 Vila do Porto, telefone 296 820 000, endereço eletrónico geral@cm-viladoporto.pt.
2. No contrato, observar-se-ão:
 - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) Para os efeitos estabelecidos na alínea a), consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, a proposta do concorrente e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
3. Em caso de dúvida sobre a interpretação das regras aplicáveis à execução do contrato, o **esclarecimento será prestado pela presidente da câmara municipal**.
4. Em caso de divergência entre documentos referidos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos, e que fazem parte deste contrato, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nessa disposição legal.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no ponto anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do artigo 101.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
6. Se o contrato for dispensado da redução a escrito, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 4.^a, tem aplicação o disposto nos n.ºs 2 a 4 da referida cláusula 4.^a.

Cláusula 2.^a - Objeto do Contrato

1. A entidade adjudicante celebra o contrato de **“aquisição de contentores para recolha de resíduos”**.
2. No âmbito do referido no n.º 1 encontram-se incluídos, dando-se por reproduzidos, o fornecimento dos bens descrito **na Parte II - Especificações Técnicas do presente Caderno de Encargos**, a concretizar pelo adjudicatário.

Cláusula 3.^a - Preço base

1. O preço base é, nos termos do número seguinte, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O preço máximo é de **24.432,00 €**, sem IVA.
3. Para fixação do presente preço base, a entidade adjudicante consultou previamente o mercado.

Cláusula 4.^a - Contrato e caução

1. Haverá lugar à celebração de contrato escrito, tendo em conta o disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 95.º do CCP, e não é exigida a necessidade de prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art. 88.º do CCP.



2. As condições contratuais resultam da conjugação do disposto no presente caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada.
3. Integram ainda as condições contratuais os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 5.^a - Prazo de entrega dos bens

O prazo de entrega dos bens é no **máximo de 90 (noventa) dias**, a contar da data da celebração do contrato.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do adjudicatário

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 6.^a - Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos decorre para o adjudicatário a obrigação de fornecer os bens previstos na cláusula 1.^a das Especificações Técnicas do presente caderno de encargos,
2. Todas as despesas e custos com o transporte e armazenamento dos bens objeto do contrato para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 7.^a - Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto nos números anteriores, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



Cláusula 8.^a - Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de quatro (4) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, das cláusulas contratuais, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 9.^a - Preço contratual

Pela boa execução das prestações contratuais, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 10.^a - Condições de pagamento

1. A quantia devida, nos termos da cláusula anterior, será paga nas condições da proposta do adjudicatário, dentro dos 30 dias após a receção, pela entidade adjudicante, da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos de pagamento, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato e respetiva aceitação.
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga através de cheque ou transferência bancária.

Capítulo III - Penalidades contratuais e força maior

Cláusula 11.^a - Penalidades

1. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 25% do valor do contrato.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.



Cláusula 12ª – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Capítulo IV – Resolução

Cláusula 13.ª - Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso significativo na execução do fornecimento ou informações solicitadas.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

Cláusula 14.ª - Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver



o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. No caso previsto no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores cessa todas as obrigações do adjudicatário ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 15.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais

Cláusula 16.ª - Cumprimento do regulamento geral sobre a proteção de dados (RGPD)

As partes no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com a execução do contrato, que envolvam o tratamento de dados pessoais, observam o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e demais legislação aplicável.

Cláusula 17.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



Cláusula 20.^a – Gestor do Contrato

Para efeitos do disposto nos arts. 96º, nº 1, alínea i) e 290º-A do CCP, na atual redação, a fase de execução do contrato será acompanhada por um **gestor do contrato**, que desde já, fica designado como sendo a técnica superior desta câmara municipal, Eng^a Ana Cristina Braga Chaves Gago da Câmara.

Cláusula 21.^a - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em especial pelo estabelecido no Código dos Contratos Públicos.

PARTE II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (a que se refere o n.º 1 do artigo 49.º e o Anexo VII do CCP)

Cláusula 1.^a – Descrição dos bens a fornecer

1. Contentor doméstico para recolha seletiva porta a porta

- 1.1. Quantidade: 1200 unidades;
- 1.2. Volume do contentor: 50 litros;
- 1.3. Forma: Paralelepípedo, sem rodas;
- 1.4. Fabricado em polietileno de alta densidade ou polipropileno de alta densidade, colorido na massa com proteção UV;
- 1.5. Possuir tampa e asa robusta;
- 1.6. Possuir pega ergonómica, com função de retenção da tampa e travamento na posição vertical;
- 1.7. A cor da tampa e do corpo deverá ser cinza;
- 1.8. Os contentores deverão ter pente frontal compatível com o sistema de recolha por basculamento mecânico da viatura de recolha segundo a EN 840 ou equivalente;
- 1.9. Possuir alojamento próprio para instalação do identificador eletrónico;
- 1.10. Cada contentor deverá estar equipado com identificador eletrónico (TAG RFID), no alojamento próprio para o efeito, de acordo com RAL GZ 951/1, ou equivalente;
- 1.11. Os identificadores eletrónicos a instalar nos contentores devem respeitar a norma DIN 30745;
- 1.12. No corpo de cada contentor, na zona frontal, deverá ser impressa em serigrafia, de cor branca, o logotipo da Câmara Municipal, com as medidas 140x140mm;
- 1.13. No corpo de cada contentor, na zona lateral, deverá ser impressa em serigrafia, de cor branca, uma numeração sequencial, com indicação “número/Ano”, em conformidade com o seguinte exemplo: 0000/00.



2. Cada identificador:

- 2.1. Correspondência com um número inalterável;
- 2.2. Funcionamento sem necessidade de alimentação interna de energia;
- 2.3. Os identificadores eletrônicos devem ter elevada resistência ao choque, temperaturas, intempéries, poluição causada por negro de fumo, detergentes de lavagem, fungos, bactérias, raios UV, entre outros;
- 2.4. Os identificadores eletrônicos devem ser compatíveis com o material dos contentores nos quais serão instalados;
- 2.5. Deverá ser apresentada a forma como o identificador será colocado no alojamento próprio dos contentores;
- 2.6. Devem apresentar alta qualidade e robustez atendendo a que a sua leitura é realizada durante a operação de esvaziamento do contentor que tipicamente envolve recorrentes choques e batidas, por forma a assegurar a sua permanente fixação ao longo do tempo;
- 2.7. A leitura deverá ser possível apesar das eventuais sujidades geradas pela atividade de recolha, sendo exigido, no mínimo, um índice de proteção IP 67, ou equivalente;
- 2.8. Os identificadores eletrônicos colocados nos contentores deverão seguir uma codificação específica do campo EPC (também apelidado de “User ID Code”) definida pelo Município com numeração sequencial, sendo que a codificação e respetiva numeração será indicada após adjudicação;
- 2.9. Deve ser fornecido à entidade adjudicante a correspondência entre o código do identificador eletrónico e o código inscrito na placa de identificação colocada em cada contentor onde este foi instalado.

Cláusula 2ª - Condições de entrega dos bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues, nos Armazéns da Câmara Municipal de Vila do Porto, sitos à Zona Industrial, estrada da Birmânia, freguesia e concelho de Vila do Porto, dentro do prazo indicado pelo adjudicatário na proposta, o qual não pode ser superior a 90 (noventa) dias.
2. Todas as despesas e demais encargos que decorram, designadamente da contratação de seguros, acondicionamento, transporte e entrega dos bens objeto do presente procedimento, bem como do cumprimento de requisitos técnicos e/ou legais que se afigurem necessárias para o mesmo fim, são totalmente imputáveis ao adjudicatário, encontrando-se tais custos incluídos no valor da respetiva proposta.
3. A data de entrega dos bens deverá ser comunicada à Câmara Municipal de Vila do Porto, com a antecedência mínima de 5 dias úteis.
- 3- Os bens a fornecer deverão incorporar todas as peças e serem acompanhados de instruções e outros elementos necessários a garantir o seu funcionamento em condições normais de uso.
4. Os riscos originados na fase de carga e descarga são da responsabilidade exclusiva do adjudicatário.
5. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.



Cláusula 3ª - Inspeção e testes

Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a Câmara Municipal de Vila do Porto, procede no prazo máximo de 5 (cinco) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

Cláusula 4ª - Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Vila do Porto, deve informar, por escrito, o fornecedor.
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Câmara Municipal de Vila do Porto, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e suas características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a Câmara Municipal de Vila do Porto, procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 5ª - Aceitação dos bens

1. Comprovada a conformidade dos bens objeto do Contrato com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 dias a contar da sua entrega, um auto de receção, assinado pelos representantes do fornecedor e da Câmara Municipal de Vila do Porto.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a Câmara Municipal de Vila do Porto, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o fornecedor.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1, não implica a aceitação de eventuais defeitos ou discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de Encargos, que sejam detetados posteriormente.

Cláusula 6ª – Garantia técnica

1. O adjudicatário garante o bem objeto do contrato, pelo prazo indicado na sua proposta, o qual não pode ser inferior a 3 anos, conforme previsto no n.º 1, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro.
2. Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, o prazo previsto no número anterior rege-se a partir da data da aceitação do auto de receção, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias, com exigências legais, e com as especificações técnicas definidas no presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.
3. A garantia prevista no número anterior abrange:

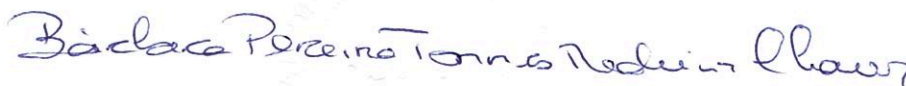
- 3.1. O fornecimento, montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - 3.2. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - 3.3. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
 - 3.4. O fornecimento dos bens ou das peças reparadas ou substituídas;
 - 3.5. O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - 3.6. A deslocação ao local da instalação ou de entrega.
4. No prazo máximo de 2 (dois) meses a contar da data em que a Câmara Municipal de Vila do Porto tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o fornecedor, para efeitos da respetiva substituição.
5. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizados dentro do prazo máximo de 30 dias seguidos a contar da data da notificação referida no número anterior.

Cláusula 7ª – Garantia de continuidade de fabrico

O adjudicatário deve assegurar que o fabricante se compromete a garantir pelo de 10 (dez) anos a disponibilização de qualquer peça que permita a substituição/reparação do bem objeto do presente fornecimento, em conformidade com o previsto no nº 3, do artigo 21º do referido Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro.

Paços do Município de Vila do Porto, 26 de janeiro de 2023.

A Presidente da Câmara



Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves